# Diário Oficial

2025 I Edição nº 158/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.


## Terça-Feira, 16/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 114/2025 – COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021**

O Município de Pirapora do Bom Jesus, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de controle integrado de pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora do Bom Jesus, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

**Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 11/12/2025 ao dia 16/12/2025 ÁS 23:59 HORAS**

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N°57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias uteis ou pelo E-mail: : Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br até a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município https://compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br/portal ou através do E-mail: Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (11) 4131-9191

Pirapora do Bom Jesus, 11 de Dezembro de 2025.

MALENA PALAZZOLLI RIBEIRO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**DISPENSA DE VALOR Nº 114/2025**

**PROCESSO Nº 1561/2025**

FUNDAMENTO: ART. Nº. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS** torna público que se acha aberto, nesta unidade, contratação direta na modalidade DISPENSA critério de julgamento **GLOBAL** objetivando Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de controle integrado de pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora do Bom Jesus, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes, nos termos Artigo nº. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste instrumento, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

**LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTA: do dia 11/12/2025 ao dia 16/12/2025 ás 23:59 HORAS**

**REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:** Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

**1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de controle integrado de pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora do Bom Jesus, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes.

Inclui-se, ainda, a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada de resíduos e pelo cumprimento das boas práticas de segurança no manejo e aplicação de produtos químicos e biológicos.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos.



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Anexo I Termo de Referencia

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III – Modelo declaração conjunta;

Anexo IV – Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**2. LOCAL E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**

As propostas, conforme o modelo Anexo II deverá ser encaminhado ao e-mail Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br indicando no assunto "Proposta – Dispensa de Valor n.º 114/2025, devidamente assinada juntamente com as Declarações dos Anexos III e IV.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele correrão integrante.

**3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes das futuras aquisições do objeto desta Contratação direta correrão à conta dos recursos provenientes do consignado no orçamento vigente das Secretarias Municipal abaixo relacionada:

Bloco Vigilância Saúde, Sanitária e Epidemiológica

Dotação orçamentária: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha: 132

DR: 05.304.0010

Agência: 3399-6

Conta: 575833969-1

Unidade orçamentária: 01.04.00

Categoria econômica: 3.3.90.39.00

**4. DO VALOR ESTIMADO**

O valor global estimado para contratação será de **R$ 12.400,00**



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**5. DA EXECUÇÃO**

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, podendo ser renovado conforme legislação vigente

**6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1 Poderão participar desta contratação direta os interessados que:

a) Atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação exigida para a participação do procedimento de contratação direta;

b) Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

6.2 A participação neste certame é destinada **EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, nos termos do art. 48 e art 49, inciso IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

6.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da contratação direta, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

6.5 Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta contratação direta, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

6.6 **Microempresa –** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

6.7 **Empresa de Pequeno Porte –** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

6.8 Somente será aplicado o disposto no item anterior se houver, pelo menos 03 (três) proponentes que sejam Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte participando. 6.9. As interessadas que não se enquadrem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte poderão enviar proposta, pois caso não haja 03 (três) Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, será admitida a participação de todas as licitantes.



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

6.9 A proponente deverá declarar, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, bem assim, que inexistem fatos supervenientes que conduzam o seu desenquadramento dessa situação.

6.10 A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da a participante, conforme Anexo III, ou apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial ou todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente.

6.11 A participação nesta contratação direta implica o reconhecimento pela a participante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

6.12 Será vedada a participação de empresas:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação direta, impossibilitada de participar da contratação direta em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade a participante;

i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

j) Organizações da Sociedade Cível de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da contratação direta ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou função

6.13 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.14 Os disposto nas alíneas "b" e "c" do item 6.12 não impede a contratação direta ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.15 Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.16 A vedação de que trata a alínea "h" do item 6.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.17 A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da a participante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da contratação direta.

**7. DA PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO**

7.1. O presente EDITAL ficará **ABERTO PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data de publicação no Sitio Oficial do Município e no PNCP, a proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N°57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias uteis ou pelo E-mail: : Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br até a data limite, fazendo referência ao Edital de Dispensa nº 114/2025.

7.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico (e-mail), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declaração conjuntiva e declaração de ME, conforme modelo constante no Anexo III e IV.

7.3. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

7.4. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas, julgando-se pela sua desclassificação.




Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código 3C63-01D8-652F-D756

# Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2025 | Edição nº 158/2025

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.


## Terça-Feira, 16/12/2025



7.5. Os preços ofertados não poderão exceder os valores, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estimado pela Administração.

7.6. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) razão social, número do CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) da empresa proponente; número do Edital e Processo de Dispensa;

b) Apresentar proposta comercial, conforme **Anexo II** deste Edital;

c) Na proposta de preços deve conter descrição cada item, marca/modelo de cada item, preço unitário dos itens, valor total de cada item e valor total da proposta, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

d) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionada com o fornecimento do objeto da presente contratação direta;

e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;

f) Prazo de entrega/execução do objeto da contratação direta, conforme termo de referência anexo I do edital; data e assinatura devidamente identificadas do proponente sob a denominação ou razão social.

g) Qualificação do representante legal da empresa que, caso vencedora, assinará contrato, se for o caso.

**8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

8.1. A análise das propostas pelo Departamento de Compras visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujos preços forem superiores em relação aos valores estimados pelo órgão que autorizou a presente contratação direta;

b) cujo preço total for simbólico ou irrisório, ou manifestamente inexequível;

c) será considerado inexequível aquele preço cuja viabilidade não tenha sido demonstrada, quando requerido.

8.2. Será desconsiderada oferta ou vantagem baseada na proposta das demais a participantes.

8.3. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a classificação, com observância do menor preço ofertado para o item.

8.4. Para efeito de seleção será considerado o GLOBAL.





8.5. A classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério nos termos do artigo 60 da Lei 14.133/2021

8.6. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Departamento de Compras procederá à solicitação dos documentos de habilitação da participante que apresentar a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

8.7. O Departamento de Compras poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.8. Após a negociação, se houver, o Departamento examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.9. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o participante será declarado vencedor.

8.10. Se a oferta não for aceitável ou se a participante desatender as exigências de habilitação, o Departamento de Compras examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das participantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo participante declarado vencedor.

8.11. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

b.1) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas após o encerramento de recebimento de propostas, a contar da convocação, sob pena de preclusão.

b.2) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

b.3) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

c) O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.





d) Não ocorrendo a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão os procedimentos relativos à Dispensa de contratação direta, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

e) Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem "d" será declarada a melhor oferta proposta.

9. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a participante será habilitada e declarada vencedora.

**9. HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos necessários à habilitação somente serão exigidos do vencedor, ou seja, da empresa que apresentou a melhor proposta.

9.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados por e-mail no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação do Departamento de Compras.

**9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem; ou

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**9.3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (CADESP) e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade de débito referente a todos os créditos tributados e à Dívida Ativa da União (DAU), administrados pela Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na forma prevista na Portaria PGFN/RFB número 1.751/2014;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, da sede ou domicílio da licitante;





e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal – CRF;

f) Certidão de regularidade de débito para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

**9.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

a) Certidão negativa do pedido de falência.

**10. DECLARAÇÕES GERAIS**,

10.1 consistente em:

a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista **Anexo III (declaração conjunta)**.

b) Declaração de superveniência de fato impeditivo para sua habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.

c) Declaração de que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no Cadastro de Fornecedores de quaisquer Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.

d) Declaração assinada pelo responsável da empresa, que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito (18) anos, e qualquer trabalho aos menores de dezesseis (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos, conforme **Anexo III (declaração conjunta)**.

e) Declaração assinada pelo responsável da empresa de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme artigo 61§1º da Lei Federal 14.133/2021, **Anexo III (declaração conjunta)**.

f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, **Anexo III (declaração conjunta)**.

g) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021. **Anexo III (declaração conjunta)**.





10.2. Para fins de se valer das vantagens previstas na Lei Complementar nº 123/2006, as empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverão apresentar declaração de enquadramento, conforme anexo **IV**

**11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega dos materiais, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

11.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

11.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**12. DOS ESCLARECIMENTOS OU DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido o último dia para apresentação da proposta.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 1 (um) dia útil.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, de forma eletrônica via e-mail no endereço eletrônico compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

12.4. De forma presencial por meio de petição que será endereçada à autoridade subscritora do Edital, o seu protocolo poderá ser realizado no Protocolo Geral do Município, no endereço Praça dos Poderes Municipais, nº57, Centro, Pirapora do Bom Jesus/SP.

12.5. A petição será instruída com os seguintes documentos e informações:





a) cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica impugnante, bem como de instrumento de procuração com outorga de poderes específicos para solicitar esclarecimentos, providência ou impugnação, desde que o representante em tais pedidos não conste do ato constitutivo ou de ata de eleição e/ou nomeação e/ou designação de seu representante legal;

b) cópia do Registro Geral na Secretaria de Segurança Pública do Estado (RG) e do Cadastro de Pessoa Física no Ministério da Fazenda (CPF), caso o impugnante seja pessoa física;

c) documentos que fundamentem os seus argumentos, desde que compreendam como necessários para a resposta do pedido formulado;

d) cópia do comprovante de endereço completo, bem como informação do número de telefone/fax e e-mail, a fim de possibilitar a comunicação tempestiva da decisão administrativa

12.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**13. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a gente de contratação durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.II.II.a.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.II.II.a.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.II.II.a.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

1.II.II.a.4. deixar de apresentar amostra;

1.II.II.a.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.II.II.a.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

IV apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação




Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código 3C63-01D8-652F-D756

# Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2025 | Edição nº 158/2025

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.


## Terça-Feira, 16/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

V fraudar a licitação

VI comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1.II.II.a.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.II.II.a.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.II.II.a.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

VII praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

VIII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

V. a natureza e a gravidade da infração cometida.

VI as peculiaridades do caso concreto

VII as circunstâncias agravantes ou atenuantes

VIII os danos que dela provierem para a Administração Pública

IX a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. Para as infrações previstas nos itens I, II e III, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.6. Para as infrações previstas nos itens IV, V,VII e VIII a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

13.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens I, II

13.10. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens IV, V,VII e VIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens I, II e III que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 Poderá o Município revogar o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

14.2 O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, sempre que verificar ilegalidades insanáveis, de ofício ou por provocação.

14.3 A anulação do procedimento de Dispensa, não gera direito à indenização, reembolso, restituição.

14.4 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

14.5 A empresa vencedora, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar os fornecimentos ou a execução dos serviços licitados pelo MUNICÍPIO.

PIRAPORA DO BOM JESUS 11 DE DEZEMBRO 2025.

PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Gregório Rodrigues Pontes Maglio



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de controle integrado de pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora do Bom Jesus, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes.

Inclui-se, ainda, a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada de resíduos e pelo cumprimento das boas práticas de segurança no manejo e aplicação de produtos químicos e biológicos.

**2. JUSTIFICATIVA**

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de higiene, saúde e segurança nos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

A presença de pragas urbanas, como baratas, ratos, formigas, mosquitos, escorpiões e cupins, representa risco à saúde pública e pode comprometer o funcionamento das unidades de saúde.

O controle periódico e profissional dessas pragas é fundamental para:

2.1Prevenir a proliferação de vetores transmissores de doenças;

2.2 Proteger o patrimônio público contra danos estruturais;

2.3 Atender às exigências da Vigilância Sanitária e demais órgãos reguladores;

2.4 Oferecer um ambiente seguro e salubre a servidores, pacientes e usuários do sistema público de saúde.

**3. LOCAL DE EXECUÇÃO**

Os serviços deverão ser realizados nas seguintes unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora do Bom Jesus:

| Unidade | Área Total (m²) |
|---|---|
| Secretaria de Saúde – Piso Inferior | 117,96 |
| Secretaria de Saúde – Piso Superior | 205,76 |
| Pronto Atendimento | 602,00 |
| Ambulatório Médico de Especialidades (Pedro Damen) + USF 2 (Dra. Célia Mª B. Salgado) | 525,13 |
| USF 1 (Dr. Flávio de Moraes Dias) | 360,19 |
| USF 3 (Arlinda Maria de Jesus) | 322,00 |
| USF 4 (Benedito Pereira da Silva) | 327,50 |



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

| | |
|---|---|
| Vigilância Sanitária / Vigilância Epidemiológica / Almoxarifado Central | 330,00 |
| Setor de Ambulâncias – Pátio | 1.689,25 |
| Setor de Ambulâncias – Escritório | 121,67 |
| Setor de Ambulâncias / SAMU | 397,83 |
| **Total aproximado de área a ser tratada:** | **4.999,29 m²** |

**4. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO**

A empresa contratada deverá cumprir os seguintes requisitos técnicos:

4.1 Utilizar produtos químicos e biológicos legalmente autorizados, devidamente registrados na ANVISA e no Ministério da Saúde;
4.2 Priorizar produtos de baixa toxicidade e biodegradáveis, adequados para uso em ambientes de saúde;
4.3 Adotar métodos compatíveis com cada tipo de praga e ambiente, utilizando técnicas como pulverização residual, nebulização, termo nebulização, aplicação de iscas e gel;
4.4 Apresentar Fichas Técnicas e FISPQ – Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos de todos os produtos utilizados;
4.5 Executar os serviços com equipamentos apropriados, calibrados e operados por profissionais treinados, uniformizados e com uso obrigatório de EPIs;
4.6 Garantir isolamento e sinalização das áreas tratadas, assegurando o tempo de reentrada conforme especificado nas FISPQ;
4.7 Emitir Laudo Técnico de Aplicação após cada serviço, contendo:
4.8 Nome e registro dos produtos utilizados;
4.9 Método de aplicação;
4.10 Data e horário da execução;
4.11 Áreas tratadas e respectivas metragens;
4.12 Validade da aplicação e recomendações específicas;
4.13 Nome e registro do responsável técnico;
4.14 Disponibilizar Responsável Técnico habilitado (Biólogo, Médico Veterinário ou Engenheiro Agrônomo), com registro ativo no respectivo Conselho de Classe;
4.15 Elaborar Cronograma Anual de Execução, aprovado pela contratante;
4.16 Apresentar Relatório Fotográfico e avaliação de eficácia após cada aplicação;
4.17 Efetuar destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
4.18 Garantir atendimento emergencial em até 48 horas úteis em casos de risco iminente à saúde pública.

**5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Bloco Vig Saude, Sanitária e Epidemiológica - Inc Fin para execução de ações de Vigilância Sanitária (Planilha de saldos em 17/01/25) - Ficha: 132 - DR: 0530400.10 - Agência: 3399-6 - Conta: 575833969-1

**6. FREQUÊNCIA DOS SERVIÇOS**

6.1 Aplicações trimestrais (a cada 3 meses) em todas as unidades;



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

6.2 Atendimento emergencial, mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Saúde, com resposta em até 48 horas úteis.

**7. PRAZO DE EXECUÇÃO**

7.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, podendo ser renovado conforme legislação vigente.

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Executar os serviços conforme normas técnicas, legislações sanitárias e ambientais;
8.2 Fornecer todo o material, equipamentos e mão de obra necessários;
8.3 Garantir a segurança durante a aplicação, com isolamento e sinalização das áreas tratadas;
8.4 Substituir produtos ou métodos caso apresentem riscos ou sejam ineficazes;
8.5 Manter registros e relatórios das atividades realizadas;
8.6 Treinar sua equipe em boas práticas de controle de pragas, segurança e uso correto de EPIs;
8.7 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por má execução do serviço;
8.9 Apresentar certificado de calibração dos equipamentos e documentação de regularidade dos produtos;
8.10 Assegurar confidencialidade e segurança durante o acesso a áreas restritas das unidades de saúde.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 Fornecer acesso às dependências a serem tratadas;

9.2 Comunicar previamente a necessidade de atendimento emergencial;

9.3 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

9.4 Efetuar os pagamentos conforme contrato.

**10. FISCALIZAÇÃO**

10.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora do Bom Jesus, que registrará ocorrências e avaliará o cumprimento contratual.

10.2 A execução dos serviços será fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora do Bom Jesus, que atuará como Gestor e Fiscal do Contrato, com as seguintes atribuições:

10.3 Acompanhar a execução técnica dos serviços;
10.4 Registrar ocorrências e não conformidades;
10.5 Solicitar correções e reaplicações quando necessário;
10.6 Emitir parecer sobre o cumprimento contratual para fins de **liquidação e pagamento**;
10.7 Reunir-se periodicamente com a contratada para avaliação da eficiência dos procedimentos adotados.




Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código 3C63-01D8-652F-D756

# Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2025 | Edição nº 158/2025

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.


## Terça-Feira, 16/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 Todos os serviços deverão ser realizados em horários previamente acordados, preferencialmente fora do expediente de atendimento ao público;

11.2 É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços sem autorização expressa da contratante;

11.3 O descumprimento das obrigações previstas implicará em sanções administrativas, conforme legislação aplicável e cláusulas contratuais.

11.4 Aplicam-se, subsidiariamente, as seguintes normas:

RDC nº 52/2009 – ANVISA (Controle Integrado de Vetores e Pragas Urbanas);

11.5 Portaria MS nº 1.428/93 (Boas Práticas de Serviços de Saúde);

NR-6 e NR-9 – Ministério do Trabalho (EPIs e Programas de Prevenção de Riscos Ambientais).

**9. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contrato.

9.2 A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá obrigatoriamente conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo fiscal do contratado.

9.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.4 Constatando-se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**10. FISCAL DO CONTRATO: Hellen Silva Santos CPF: 482.911.148-89**

Pirapora do Bom Jesus, 08 de Dezembro de 2025.

_____

Antônia Paixão

Secretária Municipal de Saúde



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**Cidade, XX de XXXXXXXX de XXXX**

**Á**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS**

**OBJETO :** Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de controle integrado de pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora do Bom Jesus, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes, conforme condições constantes.

| Item | Quant. | Unid. | Discriminação | Valor Unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | | R$ | R$ |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

**VALOR REFERENCIAL :**

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.
Declaramos total concordância com os termos do Edital em referência, e das condições da presente licitação.



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Dados do representante legal que assinará a Ata/contrato:

A empresa ..... qualifica o Sr(a)., Pessoa Física inscrita no CPF/MF nº ... e RG. Nº....., data de nascimento ..../..../..... estado civil....., (cargo/função), endereçado a Rua ....., nº. ..... Bairro ..... Cidade de ,Estado de..... , com os seguintes endereços eletrônicos: e-mail 1....., e-mail 2..... para assinar a Ata/contrato, caso seja vencedora do certame.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.

** ASSINAR E CARIMBAR, FORMA ELETRÔNICA OU DIGITALIZAR**

Validade da Proposta: conforme edital
Condições de Pagamento: conforme edital
Prazo de entrega: conforme edital
Data e assinatura;
Nome do signatário;
Identidade:
CPF:
Endereço: E-mail:

NOME
ASSINATURA
CARIMBO DA EMPRESA



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

**Dispensa Eletrônica nº. 114/2025**

**Processo Nº 1561/2025**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de controle integrado de pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora do Bom Jesus, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes.

AO

**MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS**

**DECLARAÇÃO**

A (nome da Empresa), sediada na (endereço completo), vem por meio desta, declarar que:

a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (item 2.1. "g");

b) superveniência de fato impeditiva para a habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação;

c) que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no cadastro de fornecedores de quaisquer órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta.;

d) que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7° da Constituição Federal, e, para fins do disposto no do artigo



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

14 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n.° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz;

e) que a proposta econômica apresentada compreende integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

g) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021

_ _, _ _ de _ _ _ _ de _ _ _

_ _ _ _ _ _ _ _ _

Nome do signatário;

Cargo

Identidade:

CPF:

Carimbo da empresa



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**AO**

**MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº** 114/2025

**PROCESSO Nº** 1561/2025

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de controle integrado de pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pirapora do Bom Jesus, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

_____, ___de___de___

**Nome do signatário;**

**Cargo**




Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código 3C63-01D8-652F-D756

# Diário Oficial

2025 I Edição nº 158/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.


## Terça-Feira, 16/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 115/2025 – COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021**

O Município de Pirapora do Bom Jesus, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços em Pesquisas Diagnósticas para apurar a qualidade do ensino, a metodologia e a estrutura dos equipamentos públicos educacionais a fim de atender adequadamente as novas demandas e adequações de planejamento quanto às políticas públicas educacionais do Município de Pirapora do Bom Jesus, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

**Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 11/12/2025 ao dia 16/12/2025 ÁS 23:59 HORAS**

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N°57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias uteis ou pelo E-mail: : Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br até a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município https://compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br/portal ou através do E-mail: Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (11) 4131-9191

Pirapora do Bom Jesus, 11 de Dezembro de 2025.

MALENA PALAZZOLLI RIBEIRO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**DISPENSA DE VALOR Nº 115/2025**

**PROCESSO Nº 1536/2025**

FUNDAMENTO: ART. Nº. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS** torna público que se acha aberto, nesta unidade, contratação direta na modalidade DISPENSA critério de julgamento **GLOBAL** objetivando contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços em Pesquisas Diagnósticas para apurar a qualidade do ensino, a metodologia e a estrutura dos equipamentos públicos educacionais a fim de atender adequadamente as novas demandas e adequações de planejamento quanto às políticas públicas educacionais do Município de Pirapora do Bom Jesus, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes, nos termos Artigo nº. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste instrumento, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

**LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTA: do dia 11/12/2025 ao dia 16/12/2025 ás 23:59 HORAS**

**REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:** Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

**1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços em Pesquisas Diagnósticas para apurar a qualidade do ensino, a metodologia e a estrutura dos equipamentos públicos educacionais a fim de atender adequadamente as novas demandas e adequações de planejamento quanto às políticas públicas educacionais do Município de Pirapora do Bom Jesus. Inclui-se, ainda, a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada de resíduos e pelo cumprimento das boas práticas de segurança no manejo e aplicação de produtos químicos e biológicos.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos.

Anexo I Termo de Referencia

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Anexo III – Modelo declaração conjunta;

Anexo IV – Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**2. LOCAL E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**

As propostas, conforme o modelo Anexo II deverá ser encaminhado ao e-mail

Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br indicando no assunto "Proposta – Dispensa de Valor n.º 115/2025, devidamente assinada juntamente com as Declarações dos Anexos III e IV.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele correrão integrante.

**3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes das futuras aquisições do objeto desta Contratação direta correrão à conta dos recursos provenientes do consignado no orçamento vigente das Secretarias Municipal abaixo relacionada:

FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica Gestão do (EF)

Dotação orçamentária: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha: 290

DR: 02262.0000

Unidade orçamentária: 01.10.00

Categoria econômica: 3.3.90.39.00

**4. DO VALOR ESTIMADO**

O valor global estimado para contratação será de **R$ 29.440,00**

**5. DA EXECUÇÃO**

5.1. O prazo de vigência do contrato será de até 30 dias.

**6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1 Poderão participar desta contratação direta os interessados que:

a) Atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação exigida para a participação do procedimento de contratação direta;



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

b) Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

6.2 A participação neste certame é destinada **EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, nos termos do art. 48 e art 49, inciso IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

6.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da contratação direta, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

6.5 Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta contratação direta, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

6.6 **Microempresa –** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

6.7 **Empresa de Pequeno Porte –** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

6.8 Somente será aplicado o disposto no item anterior se houver, pelo menos 03 (três) proponentes que sejam Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte participando. 6.9. As interessadas que não se enquadrem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte poderão enviar proposta, pois caso não haja 03 (três) Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, será admitida a participação de todas as licitantes.

6.9 A proponente deverá declarar, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, bem assim, que inexistem fatos supervenientes que conduzam o seu desenquadramento dessa situação.

6.10 A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da a participante, conforme Anexo III, ou apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial ou todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente.

6.11 A participação nesta contratação direta implica o reconhecimento pela a participante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

6.12 Será vedada a participação de empresas:



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação direta, impossibilitada de participar da contratação direta em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade a participante;

i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da contratação direta ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou função

6.13 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.14 Os disposto nas alíneas "b" e "c" do item 6.12 não impede a contratação direta ou acontratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.15 Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

6.16 A vedação de que trata a alínea "h" do item 6.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.17 A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da a participante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da contratação direta.

**7. DA PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO**

7.1. O presente EDITAL ficará **ABERTO PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data de publicação no Sitio Oficial do Município e no PNCP, a proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N°57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias uteis ou pelo E-mail: : Compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br até a data limite, fazendo referência ao Edital de Dispensa nº 115/2025.

7.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico (e-mail), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declaração conjuntiva e declaração de ME, conforme modelo constante no Anexo III e IV.

7.3. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

7.4. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas, julgando-se pela sua desclassificação.

7.5. Os preços ofertados não poderão exceder os valores, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estimado pela Administração.

7.6. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) razão social, número do CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) da empresa proponente; número do Edital e Processo de Dispensa;

b) Apresentar proposta comercial, conforme **Anexo II** deste Edital;

c) Na proposta de preços deve conter descrição cada item, marca/modelo de cada item, preço unitário dos itens, valor total de cada item e valor total da proposta, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.




Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código 3C63-01D8-652F-D756

# Diário Oficial

2025 | Edição nº 158/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.


## Terça-Feira, 16/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

d) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionada com o fornecimento do objeto da presente contratação direta;

e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;

f) Prazo de entrega/execução do objeto da contratação direta, conforme termo de referência anexo I do edital; data e assinatura devidamente identificadas do proponente sob a denominação ou razão social.

g) Qualificação do representante legal da empresa que, caso vencedora, assinará contrato, se for o caso.

**8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

8.1. A análise das propostas pelo Departamento de Compras visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujos preços forem superiores em relação aos valores estimados pelo órgão que autorizou a presente contratação direta;

b) cujo preço total for simbólico ou irrisório, ou manifestamente inexequível;

c) será considerado inexequível aquele preço cuja viabilidade não tenha sido demonstrada, quando requerido.

8.2. Será desconsiderada oferta ou vantagem baseada na proposta das demais a participantes.

8.3. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a classificação, com observância do menor preço ofertado para o item.

8.4. Para efeito de seleção será considerado o GLOBAL.

8.5. A classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério nos termos do artigo 60 da Lei 14.133/2021

8.6. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Departamento de Compras procederá à solicitação dos documentos de habilitação da participante que apresentar a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

8.7. O Departamento de Compras poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.8. Após a negociação, se houver, o Departamento examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.9. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o participante será declarado vencedor.




PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO


8.10. Se a oferta não for aceitável ou se a participante desatender as exigências de habilitação, o Departamento de Compras examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das participantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo participante declarado vencedor.

8.11. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

b.1) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas após o encerramento de recebimento de propostas, a contar da convocação, sob pena de preclusão.

b.2) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

b.3) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

c) O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

d) Não ocorrendo a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão os procedimentos relativos à Dispensa de contratação direta, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

e) Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem "d" será declarada a melhor oferta proposta.

9. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a participante será habilitada e declarada vencedora.

**9. HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos necessários à habilitação somente serão exigidos do vencedor, ou seja, da empresa que apresentou a melhor proposta.


Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO


9.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados por e-mail no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação do Departamento de Compras.

**9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem; ou

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**9.3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (CADESP) e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade de débito referente a todos os créditos tributados e à Dívida Ativa da União (DAU), administrados pela Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na forma prevista na Portaria PGFN/RFB número 1.751/2014;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, da sede ou domicílio da licitante;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal – CRF;

f) Certidão de regularidade de débito para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

**9.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

a) Certidão negativa do pedido de falência.

**10. DECLARAÇÕES GERAIS.**

10.1 consistente em:


Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO


a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista **Anexo III (declaração conjunta)**.

b) Declaração de superveniência de fato impeditivo para sua habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.

c) Declaração de que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no Cadastro de Fornecedores de quaisquer Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.

d) Declaração assinada pelo responsável da empresa, que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito (18) anos, e qualquer trabalho aos menores de dezesseis (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos, conforme **Anexo III (declaração conjunta)**.

e) Declaração assinada pelo responsável da empresa de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme artigo 61§1º da Lei Federal 14.133/2021, **Anexo III (declaração conjunta)**.

f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, **Anexo III (declaração conjunta)**.

g) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021. **Anexo III (declaração conjunta)**.

10.2. Para fins de se valer das vantagens previstas na Lei Complementar nº 123/2006, as empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverão apresentar declaração de enquadramento, conforme anexo **IV**

**11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco agência e conta corrente indicados pela Contratado.


Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO


11.2. A Nota Fiscal/Fatura liquidada deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF da Empresa contratada e atestada pelo fiscal do contrato.

11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.4. Constatando-se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

11.5. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**12. DOS ESCLARECIMENTOS OU DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido o último dia para apresentação da proposta.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 1 (um) dia útil.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, de forma eletrônica via e-mail no endereço eletrônico compras@piraporadobomjesus.sp.gov.br

12.4. De forma presencial por meio de petição que será endereçada à autoridade subscritora do Edital, o seu protocolo poderá ser realizado no Protocolo Geral do Município, no endereço Praça dos Poderes Municipais, nº57, Centro, Pirapora do Bom Jesus/SP.

12.5. A petição será instruída com os seguintes documentos e informações:

a) cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica impugnante, bem como de instrumento de procuração com outorga de poderes específicos para solicitar esclarecimentos, providência ou impugnação, desde que o representante em tais pedidos não conste do ato constitutivo ou de ata de eleição e/ou nomeação e/ou designação de seu representante legal;

b) cópia do Registro Geral na Secretaria de Segurança Pública do Estado (RG) e do Cadastro de Pessoa Física no Ministério da Fazenda (CPF), caso o impugnante seja pessoa física;

c) documentos que fundamentem os seus argumentos, desde que compreendam como necessários para a resposta do pedido formulado;

d) cópia do comprovante de endereço completo, bem como informação do número de telefone/fax e e-mail, a fim de possibilitar a comunicação tempestiva da decisão administrativa

12.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.


Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO


12.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**13. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a gente de contratação durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.II.II.a.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.II.II.a.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.II.II.a.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

1.II.II.a.4. deixar de apresentar amostra;

1.II.II.a.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.II.II.a.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

IV apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

V fraudar a licitação

VI comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1.II.II.a.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.II.II.a.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.II.II.a.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

VII praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

VIII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;


Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporadobomjesus.sp.gov.br
O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br



Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código 3C63-01D8-652F-D756

# Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2025 | Edição nº 158/2025

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.


## Terça-Feira, 16/12/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

V. a natureza e a gravidade da infração cometida.

VI as peculiaridades do caso concreto

VII as circunstâncias agravantes ou atenuantes

VIII os danos que dela provierem para a Administração Pública

IX a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. Para as infrações previstas nos itens I, II e III, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.6. Para as infrações previstas nos itens IV, V,VII e VIII a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens I, II

13.10. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens IV, V,VII e VIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens I, II e III que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 Poderá o Município revogar o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

14.2 O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, sempre que verificar ilegalidades insanáveis, de ofício ou por provocação.

14.3 A anulação do procedimento de Dispensa, não gera direito à indenização, reembolso, restituição.

14.4 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

14.5 A empresa vencedora, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar os fornecimentos ou a execução dos serviços licitados pelo MUNICÍPIO.



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

PIRAPORA DO BOM JESUS 11 DE DEZEMBRO 2025.

PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Gregório Rodrigues Pontes Maglio



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços em Pesquisas Diagnósticas para apurar a qualidade do ensino, a metodologia e a estrutura dos equipamentos públicos educacionais a fim de atender adequadamente as novas demandas e adequações de planejamento quanto às políticas públicas educacionais do Município de Pirapora do Bom Jesus.

**JUSTIFICATIVA**: O sistema municipal de educação passará por grandes mudanças no exercício de 2026, especificamente com a transferência dos alunos do ensino fundamental 2 municipal para a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e com a implantação de ensino integral nas escolas municipais. Em razão dessas circunstâncias, a Secretaria de Educação da Prefeitura do Município de Pirapora do Bom Jesus necessita avaliar a opinião dos professores em relação a essas mudanças, em especial sobre a qualidade do ensino, a metodologia e a estrutura dos equipamentos públicos educacionais, de modo a revelar novas demandas e adequações necessárias de planejamento quanto às políticas públicas educacionais do Município de Pirapora do Bom Jesus.

**1. DA DISPENSA DA LICITAÇÃO**

A razão da escolha da empresa SEU MERCADO - PEQUISA SEU MERCADO LTDA decorre de ser a melhor proposta apresentada, consistente no menor valor de R$ 29.440,00 a título da contraprestação pelo serviço a ser executado.

O art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, autoriza a dispensa de licitação para contratação de serviços inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), com valor atualizado pelo Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024.

O setor administrativo da Secretaria Municipal de Educação realizou cotação de preços com 4 (quatro) empresas que executam a atividade de pesquisa, de modo a evidenciar e provar que a proposta apresentada pela empresa SEU MERCADO - PEQUISA SEU MERCADO LTDA. possui o menor valor.

Além disso, a empresa SEU MERCADO - PEQUISA SEU MERCADO LTDA. apresentou documentos que comprovam sua habilitação e qualificação:

I – Contrato Social;



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

II - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

III – inscrição e certidão de regularidade no cadastro de contribuinte no Município de Jandira/SP;

IV – certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

V - regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VI - regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII – contratos de prestação de serviço de pesquisa.

Conclui-se que a contratação direta com dispensa de licitação da empresa SEU MERCADO - PEQUISA SEU MERCADO LTDA. está adequadamente amparada no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**2. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

A contratação pretendida visa apurar a qualidade do ensino, a metodologia e a estrutura dos equipamentos públicos educacionais, avaliando as novas demandas e adequações de planejamento quanto as políticas públicas educacionais do Município de Pirapora do Bom Jesus.

Serão utilização de técnicas quantitativas, com aplicação de questionários, em número técnico suficiente, com trabalho de campo e entrevistas por meio de central telefônica, aplicado por equipe devidamente treinada, acompanhada por supervisores e checagem simultânea, codificação e processamento eletrônico das informações pesquisadas.

Os serviços prestados resultarão no seguinte produto:

. Relatório composto de gráficos e tabelas, contendo a tabulação da pesquisa aplicada;
. Análise técnica e avaliação escrita com resumo analítico e principais conclusões;
. Apresentação para o corpo técnico diretivo da Secretaria;
. Seminário de apresentação de dados voltado aos docentes da rede de ensino.

O trabalho será apresentado em forma de relatório em via impressa e digital.

**3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da Contratada:



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

a-) executar a prestação de serviços de pesquisa contendo 15 (quinze) quesitos com 300 (trezentos) professores da rede municipal de ensino;

b-) utilizar técnicas quantitativas, com aplicação de questionários, em número técnico suficiente, com trabalho de campo e entrevistas por meio de central telefônica, aplicado por equipe devidamente treinada, acompanhada por supervisores e checagem simultânea;

c-) codificar e processar eletronicamente as informações pesquisadas;

d-) produzir relatório em via impressa e digital composto de gráficos e tabelas, contendo a tabulação da pesquisa aplicada, a análise técnica e a avaliação escrita com resumo analítico e principais conclusões;

e-) realizar a apresentação do relatório para o corpo técnico diretivo da Secretaria Municipal de Educação;

f-) desenvolver Seminário destinado à apresentação dos dados aos docentes da rede de ensino;

g-) manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação, devendo comunicar ao Município de Pirapora do Bom Jesus a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

h-) comunicar ao Município de Pirapora do Bom Jesus qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do fornecimento do objeto contratado;

i-) comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre os serviços contratados;

j-) responsabilizar-se pelos danos causados ao Município de Pirapora do Bom Jesus ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pelo Município de Pirapora do Bom Jesus;

k-) solucionar os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto do presente contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista tenha que ser apresentada para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o Município de Pirapora do Bom Jesus, desde que de responsabilidade da CONTRATADA.




Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código 3C63-01D8-652F-D756

# Diário Oficial

2025 I Edição nº 158/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

## Terça-Feira, 16/12/2025


PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**5. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco agência e conta corrente indicados pela Contratado.

A Nota Fiscal/Fatura liquidada deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF da Empresa contratada e atestada pelo fiscal do contrato.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Constatando-se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Pirapora do Bom Jesus, 24 de novembro de 2025.

**CISISLAINE DA SILVA XAVIER**
**Secretária de Educação**



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**Cidade, XX de XXXXXXXX de XXXX**

**Á**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS**

**OBJETO :** Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços em Pesquisas Diagnósticas para apurar a qualidade do ensino, a metodologia e a estrutura dos equipamentos públicos educacionais a fim de atender adequadamente as novas demandas e adequações de planejamento quanto às políticas públicas educacionais do Municipio de Pirapora do Bom Jesus.

| Item | Quant. | Unid. | Discriminação | Valor Unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | | R$ | R$ |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

**VALOR REFERENCIAL :**

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.
Declaramos total concordância com os termos do Edital em referência, e das condições da presente licitação.



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

Dados do representante legal que assinará a Ata/contrato:

A empresa ..... qualifica o Sr(a)., Pessoa Física inscrita no CPF/MF nº ... e RG. Nº....., data de nascimento ..../..../..... estado civil....., (cargo/função), endereçado a Rua ..... nº. ..... Bairro ..... Cidade de ,Estado de..... , com os seguintes endereços eletrônicos: e-mail 1..... , e-mail 2..... para assinar a Ata/contrato, caso seja vencedora do certame.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.

** ASSINAR E CARIMBAR, FORMA ELETRÔNICA OU DIGITALIZAR**

Validade da Proposta: conforme edital
Condições de Pagamento: conforme edital
Prazo de entrega: conforme edital
Data e assinatura;
Nome do signatário;
Identidade:
CPF:
Endereço: E-mail:

NOME
ASSINATURA
CARIMBO DA EMPRESA



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

**Dispensa Eletrônica nº. 115/2025**

**Processo Nº 1536/2025**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços em Pesquisas Diagnósticas para apurar a qualidade do ensino, a metodologia e a estrutura dos equipamentos públicos educacionais a fim de atender adequadamente as novas demandas e adequações de planejamento quanto às políticas públicas educacionais do Município de Pirapora do Bom Jesus.

AO

**MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS**

**DECLARAÇÃO**

A (nome da Empresa), sediada na (endereço completo), vem por meio desta, declarar que:

a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (item 2.1. "g");

b) superveniência de fato impeditiva para a habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação;

c) que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no cadastro de fornecedores de quaisquer órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta.;

d) que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7° da Constituição Federal, e, para fins do disposto no do artigo 14 da Lei n.° 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n.° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

não empregua menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz;

e) que a proposta econômica apresentada compreende integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

g) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021

- - - - de - - - de - - -

- - - - - - - - - - .

Nome do signatário;
Cargo
Identidade:
CPF:
Carimbo da empresa



PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**AO**
**MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº** 115/2025
**PROCESSO Nº** 1536/2025

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços em Pesquisas Diagnósticas para apurar a qualidade do ensino, a metodologia e a estrutura dos equipamentos públicos educacionais a fim de atender adequadamente as novas demandas e adequações de planejamento quanto às políticas públicas educacionais do Município de Pirapora do Bom Jesus.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

_____de___de

**Nome do signatário;**

**Cargo**




Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código 3C63-01D8-652F-D756

# Diário Oficial

2025 | Edição nº 158/2025

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.


## Terça-Feira, 16/12/2025

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS**
**PROCESSO SELETIVO - 001/2025 - Educação**

**N M N**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS**, em vista do que consta no Edital do Processo Seletivo **PSPMPBJ 001/2025**, torna público o(s) Gabarito(s) Preliminar(es) da(s) Prova(s) Objetiva(s) da(s) Função(ões):

101 - Ajudante Geral
201 - Cuidador Escolar
601 - Professor de Educação Básica I (Ciclo I do Ensino Fundamental)
602 - Professor de Educação Especial
603 - Professor de Educação Especial em Braille
604 - Professor de Educação Especial em Libras
605 - Professor de Educação Infantil (Creche e Pré-escola)

**IMPORTANTE**:

**A) Período de Recurso: das 18h00 do dia 14/12/2025 até às 18h00 do dia 16/12/2025**, exclusivamente pela internet através do site do **IGECS – Instituto de Gestão de Cidades**. Para a interposição de recurso, o candidato deverá obrigatoriamente acessar o site **www.igecs.org.br**, informar o número de seu CPF e sua senha, acessar o Formulário de Recurso que estará disponível apenas no período acima estabelecido, preencher corretamente todos os campos do formulário de acordo com as orientações disponíveis no site e enviá-lo para análise. Ao enviar corretamente o formulário, o candidato receberá no final o **número do último protocolo** para acompanhamento da resposta do recurso interposto, sendo os **demais protocolos**, se houver, consultados pela área do candidato.

clicar no "botão" Acompanhar, dentro do Concurso que estiver inscrito e realizado Recurso. Por fim, haverá uma "Aba" chamada "Acompanhamento dos recursos" em que o candidato deverá clicar no "botão" Visualizar.

Pirapora do Bom Jesus, 14 de dezembro de 2025.

**GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO**
Prefeito Municipal

**N N MN M**
**N N N I NT**
**N M N**

| T | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

| T T NV | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

| VV T NT V T N V | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

| VV T NT NV | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

| VV T NT NV | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

| VV T NT V | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

| VV T NT U V | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: BD75-CA2D-0244-C4FB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

NIVALDINA ALVES VIEGAS (CPF 096.XXX.XXX-81) em 15/12/2025 17:08:37 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/BD75-CA2D-0244-C4FB

**Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus**
Praça Dom Paulo Rolim Loureiro,35
Centro, Pirapora do Bom Jesus-SP.
Tel. 4131.1280

**EMENDA A LEI ORGANICA Nº 16 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.**

"Dispõe sobre alteração dos art. , e da Lei Orgânica Municipal".

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELA NOS TERMOS DO ARTIGO 22, INCISO XI DA LOM, PROMULGA A SEGUINTE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

Art. - O art. , da LOM passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo - O Vereador poderá licenciar-se somente:

I - Para desempenhar missão de caráter transitório não superior a 30 dias;
II - Por moléstia devidamente comprovada ou no período de gestante;
III -para tratar de interesse particular, por prazo determinado, nunca inferior a trinta dias, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do seu término.
IV – Quando assumir cargo de diretor ou Secretário no município de Pirapora do Bom Jesus.
V – Para assumir cargos em comissão em órgãos da administração direta ou indireta da União, Estados e Municípios.

§ - A licença depende de requerimento fundamentado, lido na primeira sessão após o seu recebimento.

§ 2º - A licença prevista no inciso I depende de aprovação do Plenário, porquanto o Vereador está representando a Câmara; nos demais caso será concedido pelo Presidente.

§ 3º O Vereador licenciado terá seus vencimentos definidos conforme o motivo da licença, nos seguintes termos:

a) quando licenciado na forma do inciso I, fará jus a remuneração do seu mandato;

b) quando licenciado na forma do inciso II, sua remuneração ficará submetida às regras do Regime Geral de Previdência Social – RGPS;

c) quando licenciado na forma dos inciso III, IV e V não fará jus a qualquer remuneração.

Art. 2º - O art. , da LO M passa a vigorar com a seguinte redação:

" Artigo Não perderá o mandato o Vereador:

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR, FRANCISCO JOSE SOLDADO e JOSE APARECIDO DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código A0738C68-CA2A-CDCA

**Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus**
Praça Dom Paulo Rolim Loureiro,35
Centro, Pirapora do Bom Jesus-SP.
Tel. 4131.1280

I - Quando assumir cargo de diretor ou secretario no município de Pirapora do Bom Jesus;
II – Quando assumir cargos em comissão em órgãos da administração direta ou indireta da União, Estados e Municípios.
III licenciado pela Câmara:
a) por motivo de doença ou no período de gestante;
b) para tratar de Interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

Parágrafo único: Quando o vereador assumir cargo de diretor ou secretario no município de Pirapora do Bom Jesus ou cargos em órgãos da administração direta ou indireta da União, Estados e Municípios, estará impedido de receber a remuneração de seu mandato.

Art. 3º - O art. , da LOM pa ssa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo - O suplente será convocado, imediatamente, pelo Presidente, nos casos de:

a) vaga;

b) investidura do titular na função de Diretor ou Secretário Municipal;

c) investidura do titular em cargos de provimento em comissão em órgãos da administração direta ou indireta da União, Estados e Municípios.

d) licença do titular por período superior a trinta dias.

Art.4º - Esta Emenda à lei orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

Pirapora do Bom Jesus, de dezembro de 2025.

**MESA DA CÂMARA**

**FRANCISCO JOSÉ SOLDADO**
**PRESIDENTE**

**JOSÉ RICARDO QUERUBINI**
**1º SECRETÁRIO**

**JOSÉ APARECIDO DE SOUZA**
**2º SECRETÁRIO**

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR, FRANCISCO JOSE SOLDADO e JOSE APARECIDO DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código A0738C68-CA2A-CDCA

**Câmara Municipal de Pirapora do Bom Jesus**
Praça Dom Paulo Rolim Loureiro,35
Centro, Pirapora do Bom Jesus-SP.
Tel. 4131.1280

Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código 3C63-01D8-652F-D756

# Diário Oficial

PIRAPORA DO BOM JESUS
PREFEITURA

2025 I Edição nº 158/2025

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.


## Terça-Feira, 16/12/2025

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: A661-BCBE-CA20-C7CA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- JOSÉ RICARDO QUERUBINI (CPF 054.XXX.XXX-30) em 15/12/2025 13:01:37 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- FRANCISCO JOSÉ SOLDADO (CPF 084.XXX.XXX-65) em 15/12/2025 13:07:01 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- JOSÉ APARECIDO DE SOUZA (CPF 123.XXX.XXX-38) em 15/12/2025 13:32:43 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/A661-BCBE-CA20-C7CA

PIRAPORA DO BOM JESUS — SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

**EDITAL DE REABERTURA DO PRAZO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2025 – SMCT**

A Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, torna pública a reabertura do prazo para o recebimento de propostas referente ao Edital de Credenciamento nº 006/2025, cujo objeto consiste na cessão de uso a título oneroso de áreas destinadas à instalação e funcionamento de uma lanchonete localizada no Parque Municipal Capelão, situado na Estrada dos Romeiros, nº 300 – Jardim Bom Jesus – Pirapora do Bom Jesus/SP.

Em razão do interesse público e da conveniência administrativa, fica prorrogado o prazo de entrega das propostas por mais 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes termos:

Novo término do recebimento das propostas: 16 de dezembro de 2025, às 14h00; Nova data de abertura e

análise das propostas: 17 de dezembro de 2025, às 16h00.

As demais disposições constantes do Edital original permanecem inalteradas.

O edital completo e seus anexos permanecem disponíveis para consulta no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus (www.piraporadobomjesus.sp.gov.br) e junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, localizada na Rua Newton Prado, nº 08 – Centro – Pirapora do Bom Jesus/SP, no horário das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

Pirapora do Bom Jesus, 09 de dezembro de 2025.

**Katherine Aparecida Santos Silva**

**Secretária Municipal de Cultura e Turismo**

**Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus**

Rua Newton Prado, 08 – Centro, Tel.. (11) 4131-6528 – (11)91477-5924
E-mail: cultura@piraporadobomjesus.sp.gov.br
/turismo@piraporadobomjesus.sp.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA! prefpiraporadobomjesus prefpiraporadobomjesus piraporadobomjesus.sp.gov.br

Pirapora do Bom Jesus-SP, 16 de dezembro de 2025

**GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO**

Prefeito Municipal


Assinado por 1 pessoa: JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756 e informe o código 3C63-01D8-652F-D756

# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 3C63-01D8-652F-D756

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR (CPF 124.XXX.XXX-08) em 16/12/2025 16:36:59 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/3C63-01D8-652F-D756